

# Comissão aprova limitação da jornada de trabalho a 44 horas por semana

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem por 66 votos a 23 emenda do Líder do PTB, Gastone Righi (PTB-SP), limitando a jornada semanal de trabalho a 44 horas, sendo oito horas diárias. A aprovação desta proposta acabou impedindo a votação das emendas que propunham jornada de 42 e de 40 horas semanais, provocando os protestos dos progressistas.

O Líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, reclamou que não estava sendo observado o acordo das lideranças que garantia a votação de todas as propostas sobre jornada de trabalho. Pediu o testemunho de algum líder que tivesse participado da reunião que havia decidido não bloquear qualquer votação, mas ninguém se pronunciou.

A mesma reclamação foi feita pelo Líder do PDT, Brandão Monteiro, que lamentou a ausência do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (PMDB-SP). O Líder em exercício, Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), protestou, afirmando que conversou com todas as lideranças sobre a jornada de trabalho e que em nenhum momento deixou de cumprir qualquer acordo firmado.

A emenda Gastone Righi foi a única alteração aprovada ontem pela Comissão de Sistematização no substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Foram votados os incisos X, XI e XII do artigo sexto do substitutivo.

Um "racha" do PMDB, da Liderança com parte da bancada, que trocaram acusações no plenário da Comissão de Sistematização, derrotou a emenda instituindo a jornada semanal de trabalho de 40 horas. A rejeição do destaque por 51 votos a 40 revoltou os integrantes do "Movimento Unidade Progressista" do PMDB, que foram à tribuna acusar Scalco e seu grupo de terem feito acordo com os empresários a favor da jornada de 44 horas, contrariando a maioria da bancada, já que 27 peemedebistas votaram a favor das 40 horas e 20, contra.

Após a rejeição da emenda — apresentada pelo Líder do PDT, Brandão Monteiro —, o Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) foi à tribuna para dizer que, ao contrário do que havia informado a Liderança, não houve acordo no PMDB sobre as 44 horas semanais, mostrando os números da votação no partido.

Para defender Scalco, o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) ocupou o microfone, acusando Deputados que votaram a favor da emenda de terem concordado, numa reunião anterior, com as 44 horas.

Lamento que estes setores minoritários do PMDB na Comissão tenham derrotado a emenda. O Pimenta da Veiga não pode criticar aqui os votos dos outros — rebateu o Deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), afirmando que o MUP não foi consultado na questão da jornada de trabalho.

Os partidos de esquerda entraram na briga para responsabilizar os votos da Liderança do PMDB pela derrota. O Líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, após ressaltar que "a briga do PMDB deve ser feita dentro do PMDB", pediu prudência a Pimenta da Veiga para que não ofenda os constituintes "da forma grosseira com que fez". Brandão Monteiro lembrou que os constituintes são detentores de um mandato popular.

A bancada está acima de eventuais líderes que não se comprometem com o partido.

De manhã, a Liderança do PMDB havia fechado um acordo com o PFL para aprovação de uma jornada de 44 horas. O Presidente da CNI, Senador Albano Franco, disse que as 44 horas seriam uma conquista do PMDB e que os empresários não trabalhariam contra. A vários interlocutores, Scalco afirmou que as 40 horas eram inviáveis.

Na votação, o grupo do PMDB que costuma ser o "fiel da balança", juntando-se algumas vezes aos moderados e outras aos progressistas, votou contra a proposta.

Foto de Sérgio Marques



Antes da votação, os líderes se entendem sobre a questão da jornada

## Serra acha PMDB desarticulado e votando a reboque das 'esquerdas'

BRASÍLIA — Vitórias consecutivas das esquerdas — "progressistas" do PMDB associados ao PT, PCB, PC do B e PDT — nos últimos três dias, culminando com a aprovação da estabilidade, revelam um PMDB desarticulado em plenário e incapaz de promover coesão para as votações, opina o Deputado José Serra (PMDB-SP). Ele acha que o partido está indo a reboque da extrema-esquerda, como se existisse uma espécie de culpa entre os peemedebistas.

Serra disse ainda que o PMDB está demonstrando sua descoordenação e em alguns casos, fragilidade, e deu como exemplo a votação do instituto da estabilidade. Ele defende uma urgente rediscussão dos temas mais polêmicos, com aprofundamento sobre as consequências de cada uma das votações.

O Deputado Roberto Brant (PMDB-MG), suplente na Sistematização, acha que esta descoordenação é responsável por algumas votações absurdas, como a que decidiu proibir que propriedades até 25 hectares sejam penhoradas. Para o parlamentar, isto vai inviabilizar o crédito rural ao pequeno proprietário.

— Está todo mundo solto, sem coordenação — observou.

Esta também é a opinião do Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que defende a ampliação das representações das diversas correntes do partido nas reuniões das lideranças, que ocorrem diariamente pela ma-

nhã. Esta é, segundo o Deputado, a única maneira de o PMDB entrar em plenário sabendo com clareza como serão as votações.

Mas todas as críticas são feitas de forma a preservar a Liderança do Deputado Euclides Scalco que, para o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tem se esforçado nas negociações, agindo de maneira mais liberal do que o Líder licenciado, Senador Mário Covas. Sant'Anna não soube explicar, porém, a posição da Liderança do PMDB na votação da estabilidade: no meio do processo, acabou sendo alterado um acordo que tinha sido firmado pela manhã.

— O próprio Scalco me convenceu que eu tinha de mudar minha posição e aprovar o primeiro substitutivo do Cabral. Depois, quando eu fui cobrar esta posição na votação da Emenda Max Rosemann, tudo já tinha mudado — reclamou.

Mas o Líder do Governo não engrossa a fileira daqueles que criticam a coordenação do partido. Para ele, os deputados estão confundindo Constituinte com trabalho de Congresso, e é difícil imaginar que as lideranças, num processo constituinte, possa exercer um papel orientador.

Sant'Anna lembrou que os mesmos que hoje criticam a desorganização das votações defenderam, com veemência, a inexistência de líderes na Constituinte.

## Entre discursos inflamados prevalece o texto do Relator

BRASÍLIA — Apesar dos constantes confrontos entre "progressistas" e "moderados", o maior vitorioso no processo de votação do substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização é o próprio Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O texto que propôs vem sendo, na prática, ratificado pelos constituintes, que retiraram apenas oito frases de alguns dispositivos constitucionais, sem alteração de mérito, e incluíram 25 expressões em outros trechos do projeto que vai sendo aprovado.

Entre discursos inflamados, Bernardo Cabral só se manifesta sobre as emendas que deseja incluir em seu texto ou questões mais polêmicas que exigem uma defesa mais enfática. Nas outras questões, ele deixa que o Senador José Fogaça (PMDB-RS) apresente a sua opinião sobre o que está sendo proposto. No entanto, na grande parte das emendas que foram rejeitadas, Cabral fez questão de demonstrar que seu substitutivo já havia aproveitado o que estava sendo proposto.

— É a síndrome do "não li e não

gostei" — ironiza.

Um exemplo foi a emenda do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), pedindo que fosse garantido, na parte referente aos direitos individuais, o direito de assistência médica e clínica ao portador de deficiência física ou mental. No entanto, o próprio Fogaça, orientado por Cabral, demonstrou que esta questão estava bem definida na parte referente à saúde e seguridade social. O Senador acabou retirando a sua emenda.

A defesa mais enfática, por parte de Bernardo Cabral, de um dispositivo do seu texto, ocorreu na sessão de quinta-feira. Para garantir a sua proposta de estabilidade no emprego, Cabral desabafou da tribuna:

— Eu não preparei o texto sozinho: tive o auxílio de mitos. Alguns não seguiram em frente comigo. Eles desistiram, outros desertaram, poucos se acoraram. Vou votar favoravelmente ao meu substitutivo para não ter vergonha de me olhar no espelho amanhã.

O dispositivo foi aprovado.

## Aposentado: 13º igual ao salário de dezembro

BRASÍLIA — Os aposentados conquistaram a garantia de recebimento do 13º salário com base na remuneração integral de dezembro, proposta por emenda do Deputado Florestan Fernandes (PT-SP), aprovada pela Comissão de Sistematização. Atualmente, eles recebem, em janeiro, o equivalente à média dos proventos pagos no decorrer do ano.

Florestan disse que queria equiparar o aposentado ao trabalhador ativo, para amparar idosos e acidentados, que, ao passarem a receber "aposentadorias infimas", diminuem o padrão de vida, aumentando os problemas já inerentes à terceira idade ou à deficiência física.

O Relator Bernardo Cabral acolheu a modificação de seu substitutivo, também defendida pelo Deputado Jorge Hage (PMDB-BA). A aprovação foi por 92 votos a um, do Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

A Comissão aprovou mais duas emendas. Uma, de Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), impede a redução de salário por lei. De acordo com o texto aprovado, ficou garantida a irredutibilidade dos salários, a não ser que os empregados se entendam com os patrões, por convenção ou acordo coletivo. Apoiada por Cabral, foi aprovada por unanimidade.

Outra, do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), assegura o pagamento de um salário fixo, nunca inferior ao mínimo, mesmo nos casos em que o empregado, por comissões, gorjetas ou outras formas de produtividade, receba uma parte variável.

A discussão sobre o salário noturno resultou em troca de ofensas entre os Deputados José Thomaz Nonó (AL) e Inocêncio de Oliveira (PE), ambos do PFL. Inocêncio apresentou emenda fixando em 50 por cento sobre a remuneração do trabalho diurno, no mínimo, o valor a ser pago pela jornada noturna. Ao encaminhar proposta contra, Nonó acusou-o de estar "jogando para a platéia" e de ter votado contra os trabalhadores numa questão fundamental, como a estabilidade. Inocêncio retrucou dizendo ser um político independente e acusou Nonó de ter recebido dinheiro de usineiros alagoanos para se eleger. Na votação, a emenda recebeu 37 votos a favor e 43 contra e, como não houve quorum, foi prejudicada.

## DOS DIREITOS SOCIAIS

### Sobre os salários e outros rendimentos

BRASÍLIA — Foram estes os pontos do Capítulo II — "Dos Direitos Sociais" — aprovados ontem pela Sistematização:

Artigo 5º... (sétimo já aprovado na Comissão)

V — Irredutibilidade de remuneração ou vencimentos, salvo o disposto em Convenção ou em acordo coletivo;

VI — Garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variável, quando esta ocorrer;

VII — Décimo-terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano, ou no valor da aposentadoria no mesmo mês;

VIII — Salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

IX — Participação nos lucros, desvinculada da remuneração, e na gestão da empresa, conforme definido em lei ou em negociação coletiva.

X — salário-família aos dependentes, nos termos da lei;

XI — duração máxima de trabalho normal semanal de 44 horas e jornada diária não superior a 8 horas;

XII — jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

## Mesa ainda não sabe se votação será eletrônica

BRASÍLIA — Os constituintes receberam ontem suas senhas secretas — cinco números — para a votação eletrônica e um manual de instruções explicando o funcionamento do sistema, que já está implantado, mas não deverá ser utilizado na Sistematização. E que o sistema não prevê votação para um plenário reduzido e um programa especial de computação para atender à Sistematização custaria CZ\$ 3 milhões e demoraria no mínimo seis dias para ficar pronto, depois de encomendado. A Mesa da Constituinte ainda não se decidiu pela encomenda.

Na sessão de ontem, os constituintes ficaram animados com a possibilidade de utilizarem o sistema eletrônico, o que aceleraria as votações. Como tinham recebido suas senhas, a maioria apostou na inauguração do novo processo já na próxima semana. O Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) chegou a pedir que a Mesa orientasse os constituintes para que dedicassem o fim de semana ao estudo do manual de instruções.

Oficialmente, Brandão Monteiro (PDT-RJ), que presidia a sessão, não admitiu que o sistema não seria utilizado. Ele explicou as dificuldades: o custo muito alto de um programa de computação e a impossibilidade de os suplentes utilizarem o painel eletrônico. De qualquer maneira, os suplentes teriam que ser chamados nominalmente.